

**ILMO. SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA.**

Concorrência nº 02/2020

EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA, INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o n. 15.137.680/0001-67, vem, devidamente representada na forma do seu contrato social, nos autos da Concorrência nº 02/2020, tempestivamente, por seu representante infrafirmado, com fulcro no art. 109, I, a, da Lei nº 8.666/93, apresentar o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão que a inabilitou, pelas razões a seguir expostas.

Nestes termos,
pede deferimento.
Salvador, 25 de junho de 2020.


EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA, INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA
EBISA - Engenharia Bras. Ind. e Saneamento Ltda.
CNPJ - 15.137.680/0001-67
Engº Civil Bruno Camozzato
CREA - 63388

Concorrência nº 002/2020

Pela recorrente

EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA, INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA

RAZÕES DE RECURSO

I - SÍNTESE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

A Concorrência nº 02/2020, realizada na modalidade menor preço, tem por objeto a *"contratação de Empresa de Engenharia ou Arquitetura para a execução dos serviços de REFORMA DO EDIFÍCIO ANEXO III DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, localizado na Primeira Avenida do Centro Administrativo da Bahia (CAB), Salvador/BA"*.

Realizada a sessão de apresentação das propostas em 28 de maio de 2020, os trabalhos foram suspensos para a análise da documentação de habilitação das licitantes.

Assim, em 19 de junho de 2020 foi divulgado o resultado da análise da habilitação das concorrentes, tendo sido a EBISA declarada inabilitada.

A inabilitação da EBISA teve como fundamento o suposto descumprimento de itens exigidos pelo edital no item 3.3.5.1, b, notadamente:

- (1) Ausência de atestado(s) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, que comprove(m) a execução de no mínimo 3.116,00 m² de área construída ou reformada;
- (2) Ausência de atestado(s) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, que comprove(m) a de execução de subestação de média tensão;



Entretanto, a inabilitação da EBISA está manifestamente equivocada, uma vez que a empresa cumpriu com todas as exigências do edital, conforme será demonstrado a seguir.

II – DO MÉRITO

II.1 – DO ATENDIMENTO INTEGRAL DO ITEM 3.3.5.1

O item 3.3.5.1 do Edital, estabelece os requisitos para a capacidade técnica operacional das licitante e dispõe o seguinte:

3.3.5.1. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

a) Comprovante de registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) competente da região a que estiver vinculada ou registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e que comprove atividade relacionada com o objeto contratado;

(...)

b) Um ou mais atestado de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa executou obra compatível em quantidades e características com o objeto da contratação, com parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, com os seguintes quantitativos:

- Execução de no mínimo 3.116,00 m² de área construída ou reformada;
- Execução de no mínimo 5.000 m² ou 39.760 Kg de execução e/ou recuperação em estrutura metálica;
- Execução de subestação de média tensão;

Ocorre que, diferentemente do que alega o relatório de avaliação da fase de Habilitação, a EBISA apresentou atestados comprovando a



integralidade dos serviços exigidos, com quantitativos e complexidade, inclusive, superiores às exigidas

➤ Execução de no mínimo 3.116,00 m² de área construída ou reformada

O atestado do Teatro Municipal de Itabuna, acostado ao envelope de Habilitação às fls. 173 a 185, CAT 52359/2020 comprova a execução de integralidade do quantitativo exigido no item em questão.

Embora indique com a nomenclatura exigida no presente edital a quantidade de m² de área construída, os serviços objeto da atestação possuem 15.000 m² de área construída, e superam, em muito a exigência editalícia.

Com a simples verificação dos itens elencados no próprio atestado, é possível verificar a dimensão da obra, com parâmetros muito superiores aos 3.116,00 m².

Isso porque há 6.563,50 m² de regularização de pisos, 5.931,60 m² de piso de concreto armado e 87.696 kg de aço, quantitativos mais do que suficientes para comprovação do porte da obra.

Como se vê, é de clareza solar que a Recorrente apresentou atestados comprobatórios da execução do serviço em questão, não havendo, portanto, qualquer justificativa para sua inabilitação.

Isso porque não é crível que se pretenda que a licitante apresente atestado que, mesmo atendendo às exigências do edital, contenha expressões e metodologias idênticas, como se adivinho fosse.

Obviamente, não se pode exigir das licitantes que comprovem sua capacidade com tamanho detalhamento de palavras, quando se sabe que em nada este formalismo está contribuindo para qualificar a exigência.



No caso em questão, qualquer profissional com um mínimo de conhecimento em engenharia sabe que os quantitativos indicados nos serviços descritos no edital superam a área construída exigida no edital, como o serviço citados de regularização de pisos, de piso de concreto armado e o quantitativo de aço empregado.

Portanto, embora não se apresente no atestado a indicação de m² de área construída, os serviços listados no atestado, que compõem a integralidade da obra executada, denotam o porte do edifício, com o evidente cumprimento do quanto exigido no edital.

A licitação tem uma finalidade substancial, um resultado a ser alcançado, pelo que todas as normas do edital devem ser aplicadas para atendimento dessa finalidade. O formalismo, diga-se de passagem, faz parte da licitação, e tem seu papel, mas nem por isso a licitação pode ser transformada em uma cerimônia, onde o que importa são as fórmulas sagradas, e não a substância das coisas.

Hely Lopes Meireles, do alto de seu saber, pontifica:

o princípio do formalismo não significa que a Administração deva ser 'formalista' a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias à licitação, como também não quer dizer que se deva anular o procedimento ou o julgamento, ou inabilitar licitantes ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes. (in Licitação e Contrato Administrativo, Editora Revista dos Tribunais, 7a edição, p. 10)

A habilitação é a fase da licitação em que a Administração verifica quais são os interessados em condições de participar da competição. MARÇAL JUSTEN FILHO ensina que:



a habilitação consiste no conjunto de atos orientados a apurar a idoneidade e a capacitação de um sujeito para contratar com a Administração Pública. (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética, 9a edição, p. 294)

A finalidade de uma licitação é permitir que o maior número possível de Licitantes possa concorrer ao certame, de modo a garantir que a Administração Pública venha a obter a melhor proposta, dentre um variado leque de opções, garantindo a celebração de contratos em condições mais vantajosas.

Desta forma, é injustificável a inabilitação da Recorrente.

Assim, *in casu*, revela-se manifestamente desproporcional privilegiar o formalismo a ponto de eliminar concorrente que efetivamente comprovou a experiência requerida, ainda que seu atestado não contenha expressão literalmente igual à do edital.

Ademais, no caso em questão, havendo dúvidas quanto o cumprimento integral da exigência contida no item 3.3.5.1, deveria essa Comissão promover diligência capaz de esclarecer a dimensão em m² de área construída para o atestado, jamais descartar a integralidade do documento.

Até porque não há na atestação apresentada o quantitativo nessa modalidade de aferição o que seria diferente da indicação de quantitativo menor.

Isso é o que preceitua o artigo 43, parágrafo 3º da Lei nº 8.666/93:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:
(...)



§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Essa é exatamente a hipótese da licitação em comento.

Se há dúvidas da comissão em relação à indicação do atestado, sem que haja capacidade técnica de engenharia para aferir a quantidade dos serviços, deve promover diligência nesse sentido, jamais descartar o atestado apresentado, sem a sua efetiva valoração.

Vale acrescentar, ainda, que a diligência não importaria em juntada de qualquer outro documento, já que a avaliação técnica de engenharia apenas aferiria as informações constantes no próprio documento.

Desta forma, com a devida vênia, a inabilitação da EBISA é manifestamente equivocada, uma vez que apresentou atestado comprovando o cumprimento da integralidade do item exigido.

➤ **Execução de subestação de média tensão**

Também nesse item há equívoca desta D. Comissão.

O atestado em nome do Engenheiro Eletricista Mauro Meneses acostado às folhas 186/197 do envelope de habilitação, CAT 0152/92, referente à Construção Hospital de Medicina Carlos Macieira, apresenta a execução de Subestação de Alta Tensão.

Nesse caso, o serviço comprovado através do referido atestado é de complexidade superior ao exigido no edital, já que a Subestação de Alta Tensão tem considerações de segurança de sistema de geração, distribuição



e utilização de energia elétrica superiores ao de média tensão, sendo evidente o equívoco na inabilitação.

Ainda que não se considere serviço de capacidade superior, é mais do que evidente que a execução dos serviços comprovados através dos atestados apresentados pela EBISA se configuraria como serviços de características semelhantes ao objeto licitado, com características semelhantes ao serviço que o TRE pretende contratar.

O artigo 30, § 3º da Lei 8.666/93 é claro ao dispor:

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior

Sobre o tema, Jessé Torres Pereira Júnior leciona:

O parágrafo 3º franqueia ao habilitante oferecer certidões ou atestados de obras ou serviços cuja complexidade tecnológica e operacional seja equivalente ou superior à integralidade do objeto da licitação desde que similar.

(...)

Tampouco será transparente decisão administrativa que inabilite concorrente por haver deixado de apresentar atestado de capacitação nos exatos termos do edital, ainda que oferecesse outro, de obras ou serviços similares e de complexidade equivalente ou superior àquela do objeto em licitação.

A jurisprudência também é uníssona nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. TUTELA JURISDICIONAL. NEGATIVA. INEXISTÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. CASO CONCRETO. VERIFICAÇÃO INVIÁVEL NA VIA ESPECIAL. LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ATESTADO DE EXECUÇÃO DE OBRA SIMILAR DE COMPLEXIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR.



PROVA PERICIAL. COMPROVAÇÃO. HABILITAÇÃO. DIREITO. LAUDO TÉCNICO. DISCORDÂNCIA. SÚMULA 7 DO STJ. CLÁUSULAS DO EDITAL. NULIDADE NÃO AVERIGUADA NO ARESTO RECORRIDO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA.

(...)

4. A Lei de Licitações (Lei n. 8.666/1993), ao tratar das exigências de qualificação técnica, prescreve, no art. 30, § 3º, que "será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior."

5. A administração pública pode exigir certa rigidez na capacitação técnica das empresas, a fim de atender ao interesse público - a exemplo de experiência anterior na execução de um objeto idêntico àquele licitado -, desde que exista alguma justificativa lógica, técnica ou científica que dê respaldo a tanto, o que ocorre normalmente nos contratos de grande vulto, de extremo interesse para os administrados.

6. Julgados do Plenário do Tribunal de Contas da União orientam que, "em regra, as exigências para demonstração da capacidade técnico-operacional devem se limitar à comprovação de execução de obras e serviços similares ou equivalentes, não se admitindo, sem a devida fundamentação, a exigência de experiência em determinado tipo de metodologia executiva (...)", e que "é possível a comprovação de aptidão técnica por atestados de obras ou serviços similares, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior."

(STJ - AREsp: 1144965 SP 2017/0187615-7, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, Data de Julgamento: 12/12/2017, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/12/2017)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. LICITAÇÃO. ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA.COMPLEXIDADE SUPERIOR AO OBJETO LICITADO. POSSIBILIDADE. É competente a Justiça Federal para julgar mandado de segurança em que a autoridade

Zuno

coatora é serviço social autônomo, de natureza privada, mas que recebe recursos oriundos de contribuição arrecadada pela Previdência Social. Não se pode inabilitar licitante que apresenta atestado de capacidade técnica com experiência de superior complexidade ao objeto lícitado, sem desabono algum à qualidade dos serviços prestados, na esteira do contido no artigo 30, § 3º, da Lei nº 8.666/93. Remessa oficial improvida.

(TRF-4 - REO: 6969 PR 98.04.06969-5, Relator: HERMES SIEDLER DA CONCEIÇÃO JÚNIOR, Data de Julgamento: 04/04/2000, QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 19/04/2000 PÁGINA: 101)

Dessa forma, sendo inquestionável que o atestado apresentado comprova a exigência do edital, ainda que pela similaridade dos serviços, é de toda descabida a inabilitação da EBISA.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, requer seja o presente recurso conhecido e provido, reformando a decisão recorrida para que seja reconhecido o atendimento integral do edital e declarada habilitada a EBISA.

Ainda, caso persista a dúvida da Comissão acerca do atendimento integral das exigências editalícias com os atestados apresentados, deve ser promovida diligência para esclarecimento técnico do quantitativo em metros quadrados de área construída na obra do Teatro Municipal de Itabuna.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Salvador, 25 de junho de 2020.


EBISA ENGENHARIA BRASILEIRA, INDÚSTRIA E SANEAMENTO LTDA
EBISA - Engenharia Bras. Ind. e Saneamento Ltda.
CNPJ - 15.137.680/0001-67
Engº Civil Bruno Camozzato
CREA - 63388